

**VIOLÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO  
FUNDAMENTADO NA TRAJETÓRIA DE UM EX-POLÍTICO**

**VIOLENCE IN PUBLIC ADMINISTRATION: A STUDY GROUNDED IN A  
EX-POLITICAL TRAJECTORY**

Sabrina Soares da Silva<sup>1</sup>  
Patrícia Aparecida Ferreira<sup>2</sup>  
Adílio Renê Almeida Miranda<sup>3</sup>

**RESUMO**

As práticas violentas, manifestadas no ambiente de trabalho, têm se apresentado como importante objeto de estudo dentro da Administração, ajudando a compreender aspectos relevantes das organizações públicas ou privadas. Este artigo se propôs a analisar as manifestações de violência contra um político, quando exercia o cargo de prefeito municipal. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa qualitativa, tendo como método de pesquisa a história de vida. Por meio da análise de conteúdo, as análises foram feitas a partir das narrações do ex-político e tendo como referencial as contribuições de Bourdieu (1990, 1996, 1998), principalmente a relação envolvendo campo social e *habitus*. Na análise deste caso, observaram-se manifestações de violência moral, fortemente associadas à disputa de poder. Essas condutas violentas partiram tanto de adversários políticos e servidores públicos, como também dos próprios cidadãos. Contudo, elas foram interpretadas, pelo entrevistado, como algo legitimado pelo campo político no qual ele estava inserido.

**Palavras-chave:** Violência; Assédio Moral; Campo Social; *Habitus*; História de Vida.

**ABSTRACT**

Violent practices performed in work environment have been shown as an important matter inside human resources fields, playing an important role for public and private organization studies. This paper aims to analyze violence manifestations against a politician, when he was a municipal mayor. This qualitative analysis was based on the life history method. The content analyze was based in his narrations, and having as theoretical support the contributions of Bourdieu (1990, 1996, 1998), mainly the relationship between social field and *habitus*. The study showed moral violence manifestations, strongly associated with power dispute. These violent conducts were performed by the politician's adversaries, public servers, as well as by the local citizens. However, these events were interpreted, by the interviewed, as something legitimated in the political field in which he was inserted.

**Keywords:** Violence; Moral Harassment; Social Field; *Habitus*; Life History.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras – UFLA (Lavras, MG/Brasil); Doutora em Administração pela UFLA; E-mail: [sabrinasilva@dae.ufla.br](mailto:sabrinasilva@dae.ufla.br).

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras – UFLA (Lavras, MG/Brasil); Doutora em Administração pela UFLA; E-mail: [paf@dae.ufla.br](mailto:paf@dae.ufla.br).

<sup>3</sup> Professor Assistente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, campus Varginha (Varginha, MG/Brasil); Doutorando em Administração pela UFLA; E-mail: [adilio.miranda@unifal-mg.edu.br](mailto:adilio.miranda@unifal-mg.edu.br).

## 1. Introdução

Um dos temas mais discutidos da esfera organizacional são as práticas violentas manifestadas no ambiente de trabalho. Diversas são as abordagens utilizadas nessas discussões e a preocupação com esse tema vem crescendo com o desenvolvimento das preocupações contemporâneas envolvendo a violência e suas múltiplas consequências em todos os campos sociais. Recentemente, bons resultados têm sido obtidos em estudos que utilizaram métodos interpretativos na análise de manifestações de violência, especialmente naqueles que buscam o sentido que os acontecimentos violentos imprimem na vida tanto do ator que sofre a violência quanto do ator violento.

Nota-se, nesses estudos, que a violência pode se manifestar em qualquer ambiente de trabalho, como algo inerente ao ser humano. Porém, algumas organizações podem favorecer práticas violentas explícitas, enquanto, em outras, são mais comuns manifestações implícitas. Na administração pública, embora sejam comuns várias formas de violência velada, ela também é explicitada com grande frequência, como em audiências sobre os mais variados assuntos, nas quais senadores, deputados ou vereadores se confrontam de maneira aberta.

Uma explicação para esse fato decorre da disputa de poder que ocorre nas instituições públicas, principalmente quando se disputam cargos públicos elegíveis. Como as eleições ocorrem, na maior parte das vezes, a cada quatro anos, há uma constante articulação dos diferentes atores – para se manter em um cargo público, ou buscando ocupar um cargo. Tal dinâmica, de constante disputa, juntamente com a permanente exposição dos ocupantes desses cargos elegíveis e a busca constante de manter uma imagem positiva frente aos eleitores e, em muitos casos, denegrir a imagem de seus opositores políticos, também favorece manifestações violentas.

Neste contexto, o objetivo deste artigo foi analisar as manifestações de violência contra um ex-político, quando ele exercia o cargo de prefeito municipal. Tal análise foi feita a partir da história de vida desse ator, com base em suas próprias narrações, e tendo as contribuições de Bourdieu na discussão das dinâmicas sociais por trás desses acontecimentos.

Para tanto, este artigo foi organizado de modo a apresentar, na próxima parte, as premissas básicas a respeito da violência e o assédio moral no contexto de trabalho. A seguir, foi apresentada a perspectiva desenvolvida pelo sociólogo Pierre Bourdieu, cujos fundamentos envolvem uma dialética entre estruturas sociais (campo) e estruturas mentais (*habitus*), que apoiarão a análise do caso. Nos procedimentos metodológicos foi feita uma descrição de como os dados foram coletados e analisados. Na quarta parte, foram analisadas as manifestações de violência e dos fatos que as precederam, com base na teoria

bourdieusiana. Por fim, nas considerações finais, foram apontadas as principais conclusões do estudo, suas limitações e sugestões para futuros estudos.

## **2. A violência e o assédio moral no contexto do trabalho**

A violência tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, assumindo diferentes conotações. Sua origem etimológica remete à força, energia, potência e valor (DADOUN, 1998), embora ainda não exista uma definição única e permanente para este termo. Como ela acaba fazendo parte da vida de todas as pessoas, desde o nascimento até a morte, passa a ser própria da condição humana, como o amor, o ódio, o poder, a submissão, o orgulho, a inveja e tantas outras facetas da personalidade (HELOANI, 2004). O seu testemunho, segundo Westwood (2003) e Rosa *et al.* (2007), torna-se algo inevitável e, por vezes, encarado como normal nas interações sociais. Para Michaud (1989), a violência se manifesta quando um ou mais atores agem, direta ou indiretamente, de modo a causar dano a um ou mais indivíduos, podendo este prejuízo envolver a integridade física, a integridade moral, as posses, ou as participações simbólicas e culturais.

Como a violência se apresenta de variadas formas, ela perpassa todas as esferas da vida, incluindo as relações de trabalho, tornando as organizações, um dos principais palcos para manifestações da violência na sociedade (FREITAS, 2007). Na concepção desta autora, toda organização define, explícita ou implicitamente, determinadas estruturas, padrões de relações e de intimidade entre as pessoas que nela trabalham, bem como o que é considerado importante e valorizado por ela. Constrói ainda as condições e o ambiente em que o trabalho deve ser feito e os níveis de autoridade e de responsabilidade dos envolvidos. Essa estrutura favorece a competição exacerbada, onde tudo é justificado em nome da guerra para sobreviver, gerando um alibi permanente para que exceções sejam transformadas em regras gerais e comportamentos degradantes sejam considerados normais.

É neste contexto, marcado por assimetrias de poder e de competitividade, que as organizações facilitam a emergência de comportamentos violentos, abusivos e humilhantes. As práticas de violência nas organizações, segundo Rosa *et al.* (2007), não se caracterizam apenas pela forma física, mas, sobretudo, são de formato psicológico e simbólico, visto que a primeira tem sido censurada pesadamente pelos discursos sociais e legais.

Faria e Megnetti (2002) propõem uma tipologia para compreender as diversas faces da violência nas organizações, composta das seguintes formas: (a) violência física, que expressa a punição sobre o corpo do trabalhador, por meio de práticas como a intensificação do ritmo de trabalho, a rotinização das tarefas, a execução de trabalhos insalubres, entre outras; (b)

violência psíquica, representando a exploração dos aspectos psicológicos do trabalhador em prol da organização, de modo a manipular sentimentos como medo da demissão, angústia de ser o melhor funcionário, ansiedade em ver o trabalho reconhecido, frustração de não ser valorizado, entre outros; (c) violência social, relacionada à reprodução do meio sem o devido questionamento das práticas sociais nas relações de trabalho, ou seja, é a visão comum da sociedade, expressa nos valores morais, nos costumes, nos enquadramentos sociais e nos compartilhamentos; (d) violência estrutural, que se manifesta por meio da ação racional-legal, instituída e aceita na sociedade, sendo representada pelo modelo de gestão burocrático; (e) violência simbólica, expressa pela manipulação do simbólico em favorecimentos particulares nas relações entre trabalhadores.

Com base em Amoretti (1992), Sá (1999) categoriza a violência segundo seu *modus operandi*. Segundo este autor, a violência pode assumir uma forma explícita ou mascarada, e de caráter objetivo ou subjetivo. Na forma explícita, o sujeito violento e o sujeito violentado são identificados, sendo o ato violento facilmente reconhecido pela mídia e pelos indivíduos. Já a violência mascarada, ou invisível, ocorre quando os sujeitos violentos não são facilmente identificados, sendo exemplos dessa violência a miséria, o analfabetismo e o não acesso a informações. Nessa face oculta da violência, é encontrada a absolutização de uma verdade e a legitimação do arbítrio.

Quanto ao caráter, tem-se que, na forma objetiva, identifica-se a violência sob a ótica de quem a pratica, enquanto o caráter subjetivo pode ser reconhecido como a violência sob a ótica de quem a sofre. Assim, podem existir diferentes tipos de situações, como, por exemplo, o sujeito violento pode praticar um ato de modo que lhe seja conferido um aspecto violento, mas sem que este seja percebido por quem o recebeu. Essa forma de violência ocorre objetivamente, da parte do autor, mas apenas subjetivamente da parte da vítima. Pode também ocorrer situações nas quais a violência ocorre apenas subjetivamente e, ainda, a violência pode se consumir de modo inconsciente para ambos os atores (SÁ, 1999).

Segundo Faria e Meneghetti (2002), as faces da violência podem se manifestar de modo imbricado, sendo o assédio moral uma das formas mais acentuadas nas organizações. Para Freitas (2007) e Heloani (2004), esta manifestação não pode ser tipificada como algo resultante da sociedade moderna, pois suas origens remontam a longa história das relações de trabalho, sempre marcadas por uma grande assimetria de poder.

O assédio em local de trabalho ocorre quando uma conduta abusiva em relação a uma pessoa possa acarretar um dano à sua personalidade, à sua dignidade, ou mesmo à sua integridade física ou psíquica, podendo acarretar, inclusive, perda de emprego ou degradação

do ambiente de trabalho em que a vítima está inserida. Geralmente, o assédio moral nasce com pouca intensidade, como algo inofensivo, pois as pessoas tendem a relevar os ataques, levando-os na brincadeira. Depois, propaga-se com força e a vítima passa a ser alvo de um maior número de humilhações e de insinuações simulando brincadeiras (HELOANI, 2004). Freitas *et al.* (2008) caracterizam o assédio moral como uma conduta abusiva e intencional, frequente e repetida, que ocorre comumente no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psiquicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional.

Com relação às consequências do assédio moral no ambiente de trabalho, Freitas (2007) destaca que, por ser este um fenômeno que diz respeito à esfera individual, organizacional e social, seus impactos e prejuízos são arcados ou imputados em diferentes graus sobrepostos. Esse autor esclarece que, no âmbito individual, é a vida psicossocial do sujeito que é acometida, gerando desordens na vida psíquica, social, profissional, familiar e afetiva do indivíduo, podendo provocar diversos problemas de saúde, como os de natureza psicossomática. Já no âmbito organizacional, são vários os efeitos nocivos, tais como afastamento de pessoal por doenças e acidentes de trabalho, elevação de absenteísmo e *turn over*, com custos de reposição, perda de equipamentos pela desconcentração, queda de produtividade em face do moral do grupo e da qualidade do clima de trabalho, custos judiciais quando das indenizações, entre outros. No âmbito social, existem consequências que acabam por ser pagas pela sociedade, quando indivíduos são massacrados pela prática de assédio.

O assédio moral, como uma forma de violência, pode se incorporar à cultura das organizações. De acordo com Marcondes Filho (2001), essa relação entre assédio moral e cultura organizacional pode ser reconhecida pelo modo como este fenômeno se manifesta de modo implícito e normatizador nas organizações, sendo aceito sem muitos questionamentos.

Dentre as perspectivas teóricas para estudar a violência no contexto do trabalho, Rosa e Brito (2007) destacam a praxeologia desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que com seus conceitos dialéticos de estruturas sociais (*campo*) e estruturas mentais (*habitus*), corroboram para explicar as manifestações de violência no contexto do trabalho, como a (re)produção de posições naturalizadas. Esse tema é discutido na próxima seção.

### 3. Teoria do campo social e *habitus*

Pierre Bourdieu é considerado um dos grandes sociólogos do século XX e sua vasta obra sobre as relações sociais o tornou uma verdadeira “escola”. Muitas pesquisas buscam em

suas teorias sustentação para suas análises e, segundo Golsorkhi *et al.* (2009) esse interesse tem sido crescente nos últimos anos, ajudando a compreender, especialmente, as relações de dominação (FRIEDLAND, 2009). O ponto central da sua filosofia da ação é a relação entre as estruturas dos campos sociais e as estruturas mentais internalizadas do *habitus*. A relação e reciprocidade entre esses dois conceitos demonstram sua preocupação com a articulação entre objetivismo e subjetivismo.

A opção por tratar essa oposição parte da ideia de que existem estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, que podem orientar ou coagir seus comportamentos. Por outro lado, existe também uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação (BOURDIEU, 1990). Essa relação se fundamenta nos conceitos de campo e *habitus*. Segundo Vasconcelos (2002), a noção de campo representa, para Bourdieu, um espaço social de dominação e de conflitos, sendo que cada campo possui certa autonomia e suas próprias regras de organização e hierarquia social. Dessa forma, cada indivíduo vai agir ou jogar de acordo com sua posição social dentro desse espaço social.

Para Bourdieu (1990), a hierarquização social parte da posse de capital, que não se resume apenas no capital econômico, constituído dos fatores de produção e bens, mas inclui todo bem passível de se acumular, o que inclui o capital social, representado pelo conjunto de relações sociais, o capital cultural, que é conjunto de qualificações intelectuais, e o capital simbólico, que pode ser convertido em quaisquer desses dois tipos. Cada forma de capital é um tipo específico de poder, sendo, simultaneamente, instrumentos e objetos de disputa. A posição de cada indivíduo dentro do campo, segundo Bourdieu (1998), vai depender do volume total dos capitais que se possui e da composição desses capitais, que possuem diferentes pesos, e o acúmulo de capital o leva a ter maior poder simbólico dentro do campo, o que pode levar à mobilização da conduta dos outros indivíduos (CARRION, 2009).

Assim, na visão do autor, o campo social é composto por diversos subcampos, nos quais cada um é definido por tipos específicos de capital. Cada indivíduo está inserido em diferentes campos específicos, de modo a definir sua posição no campo social e essa posição é particular de cada um, visto que há uma distribuição desigual de capital. Porém, sua posição não é estática, visto que o campo é entendido, por Bourdieu, como um campo de poder, em que os dominantes dos diferentes campos concorrem pelo poder (BERNARDO, 2001).

Dessa forma, o campo não possui fronteiras rígidas – elas são mutáveis – e ele possui suas regras próprias. Dentro do campo, de forma semelhante à concorrência entre os dominantes dos campos entre si, também existem conflitos deflagrados entre os que possuem diferentes formas de capital e os que não o possuem. Os detentores de maior quantidade de

capital vão tentar manter ou acumular poder, impondo seu ponto de vista e legitimando sua posição, enquanto os menos favorecidos vão tentar obtê-lo e desacreditar os detentores de capital. Há pressões, como colocou Bourdieu (1996), tanto para a conservação como para a transformação da estrutura, e é o próprio campo que possibilita a legitimação dos processos de dominação (CATLAW; HU, 2009).

Porém, a análise das estruturas objetivas não é suficiente para explicar a realidade social. Ela precisa ser complementada pelo estudo das estruturas sociais internalizadas dos agentes, ou seja, seu *habitus*. O conceito de *habitus* corresponde a uma matriz, determinada pela posição do indivíduo dentro do campo social, configurando seu pensamento, visão e ação nas diversas situações. Ele determina os estilos de vida, julgamentos políticos, morais e estéticos, de modo a permitir a criação e o desenvolvimento de estratégias individuais e/ou coletivas (VASCONCELOS, 2002). O *habitus* é característico de cada grupo social e é adquirido pela socialização, sendo o responsável pela mediação das relações do indivíduo com o mundo e pela articulação entre o social e o individual (BERNARDO, 2001). Essas estruturas mentais permitem a apreensão do mundo social, sendo produto da internalização de suas estruturas, de modo a fazer os indivíduos o verem de forma natural (BOURDIEU, 1990).

Porém, de forma similar ao campo, também o *habitus* não pode ser considerado imutável, apesar das mudanças não serem fáceis ou comuns. Bernardo (2001) aponta duas formas principais de alterá-lo: (a) a vivência de novas situações, em contextos objetivos diferentes daquelas em que o *habitus* está constituído, permitindo, assim, mudança nas disposições do indivíduo; (b) o reconhecimento dos campos como lugares de lutas pelo poder, através de uma crítica reflexiva dos indivíduos sobre suas próprias práticas, levando à alteração nos condicionantes externos das práticas e nelas mesmas.

A relação entre *habitus* e campo está no princípio das estratégias presentes nos próprios campos, onde os diferentes tipos de capital se tornam objeto de disputa. Os campos sociais se tornam, assim, campo de forças e lutas, que podem ser entendidos como campo de poder. Para Bourdieu (1996), no campo de poder há relações de força entre os diferentes agentes, que buscam, através do *habitus*, dominar o campo. As lutas se tornam mais intensas sempre que o valor dos diferentes tipos de capital é questionado, interrompendo o equilíbrio.

Assim, para se compreender as relações entre os agentes nos campos, as relações entre os diversos campos e entre esses e o campo de poder, é preciso entender o próprio poder e sua reprodução. A análise deve ser feita em três etapas: (a) identificar a posição ocupada pelo campo em relação ao campo de poder; (b) mapear as estruturas objetivas entre as posições dos

indivíduos ou instituições que concorrem pela legitimidade da autoridade em cada campo; (c) analisar o *habitus* desses indivíduos, no campo, e suas estratégias (MISOCZKY, 2001).

A importância das formulações de Bourdieu é descrita, por Misoczky (2001), como a possibilidade de desvendar os mecanismos profundos de poder e a autonomia dos campos sociais em relação ao campo de poder. São as lutas entre os agentes no interior do campo que constituem sua história, as posições relativas que os indivíduos ocupam, vendo o campo como um espaço de relações de poder, distinguindo o dominante e dominado, e as estratégias dos agentes que disputam no campo, identificando os tipos de capital utilizados.

Gobbi *et al.* (2004) acrescentam que o entendimento da unidade de estudo como um campo permite a ampliação de diferentes perspectivas de análise, por considerar a realidade como uma construção social consolidada a partir da gênese social dos esquemas de percepção dos agentes e da estrutura. Além disso, permite que se considere este espaço como um espaço plural, onde coexistem diferentes agentes, com diferentes capitais e interesses, podendo levar a situações de conflitos e disputas, em detrimento da harmonia.

Relacionando a violência no contexto do trabalho à teoria de Bourdieu, pode-se dizer que uma pessoa sofre um ato de violência quando perde capital – ou poder – dentro de determinado campo, pela ação de outro indivíduo. Portanto, vale reconhecer que a teoria do campo social e *habitus* de Bourdieu apresenta conceitos que podem ampliar o escopo de análise, permitindo a identificação dos diferentes tipos de capital, sua distribuição entre os agentes e as estratégias utilizadas pelos indivíduos para manter ou alterar sua posição dentro de um campo. Ela pode também ajudar a desvendar os mecanismos sociais por trás das manifestações de violência, o que será observado no caso estudado.

#### **4. Procedimentos metodológicos**

Esse estudo, de natureza qualitativa e descritiva, não se deteve apenas à exposição dos fatos, mas buscou uma interpretação mais profunda destes. Para tanto, é necessário, segundo Spink e Medrado (2000), olhar o sujeito a partir do contexto no qual ele se insere, sua condição histórica e sua posição nesse contexto – como ele significa e como é significado.

O sujeito desse estudo foi um homem, aqui denominado Pedro, de 58 anos, residente em uma cidade do interior de Minas Gerais. Ele é formado em agronomia, com mestrado em solos e nutrição de plantas. Sempre exerceu atividades como funcionário público: primeiro como agrônomo, em duas instituições públicas diferentes; mais tarde como professor, em uma instituição de ensino federal, onde ministrou aulas até se aposentar, aos 51 anos de idade. No período em que era professor, exerceu um mandato como vice-prefeito, por seis anos, e dois

mandatos como prefeito, de quatro anos cada. O estudo dará ênfase ao seu último mandato como prefeito, quando Pedro foi vítima de diversas manifestações de violência.

Na coleta de dados, utilizou-se, como técnica, a história de vida, que foi possibilitada por narrativas em que Pedro relatou sua trajetória através do tempo, reconstruindo os acontecimentos e experiências vivenciadas. Além disso, buscou-se, por meio de pesquisa documental, analisar jornais que relataram o caso, a fim de compreender melhor alguns fatos relatados pelo entrevistado e complementar a descrição do caso.

Conforme destaca Marre (1991), a utilização da história de vida é uma maneira de “dar voz ao sujeito”, ou seja, deixar que ele próprio conte aquilo que considera importante. Segundo Marre (1991), na prática, o que se expressa, por meio das histórias de vida, é “algo relativo a relações de poder, dominação, subordinação, cuja desigualdade impregna, penetra ou se irradia na convivência dos homens, comunicando ou se opondo entre si” (MARRE, 1991, p. 119). *A priori*, tal como orientam Marre (1991) e Queiroz (1988), as entrevistas foram não estruturadas, partindo da questão “Fale sobre sua trajetória de vida”. A partir da primeira entrevista, os dados eram analisados a fim de construir novas questões a serem abordadas nas entrevistas seguintes. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas integralmente, gerando um documento que integrava os dados coletados.

Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, conforme orientações de Mageste e Lopes (2007). Segundo Bardin (1977, p. 44), a análise de conteúdo “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”. Nessa pesquisa, buscou-se compreender os significados implícitos em palavras, frases ou expressões, que surgiram nos enunciados das entrevistadas. Buscou-se compreender as relações que poderiam ser estabelecidas entre os relatos, o contexto institucional e histórico-social e a teoria. Utilizou-se a temática de grade mista que, segundo Vergara (2005), define previamente categorias relacionadas ao objetivo da pesquisa, mas permite surjam novas categorias.

## **5. Análise e discussão do caso**

Antes de discutir propriamente as práticas de violência sofridas por Pedro, no seu cargo de prefeito municipal, buscou-se apresentar os fatores que contribuíram para o seu ingresso na administração pública municipal, que ajudam a entender a constituição de seu *habitus*. A análise das práticas de violência foi contextualizada a partir da teoria do campo social e *habitus* de Bourdieu.

### 5.1 Fatores que contribuíram para o ingresso de Pedro na administração pública municipal

Dentre os fatores que contribuíram para que Pedro ingressasse na vida pública, inicialmente como vice-prefeito e, posteriormente, como prefeito, e que contribuíram para constituição do seu *habitus*, pode-se destacar fatores que ocorreram em sua adolescência, como o que se segue:

[...] a gente viu muito aqueles incêndios que teve aqui em [nome da cidade] né. Foi nessa época aí, de adolescência, incêndio de três casarões ali no centro da cidade. Os bombeiros de Belo Horizonte, talvez seja um fato assim... Que comoveu a cidade toda. E a gente tava ali, vendo aquelas coisas pegar fogo. Talvez isso aí possa ter marcado assim, como exemplo, de maior impacto na comunidade.

O seu *habitus* é constituído por todas as lembranças que o remetem à sua infância e adolescência, no seu município natal, tendo como uma das principais recordações um incêndio ocorrido em sua cidade, a qual já justificava sua tendência a se preocupar com os problemas locais de seu município. A imagem que ele guarda desses incidentes revela o desconforto causado pelas casas antigas queimando e os carros dos bombeiros tendo que se deslocar da capital do estado até sua cidade, já bastante tarde para evitar que os danos às construções se tornassem irreversíveis. A preocupação com o sofrimento e o prejuízo alheio se mostrou característica marcante de Pedro, que o acompanhou também em sua vida adulta, tendo, certamente, influenciado no exercício do cargo de prefeito.

Outras lembranças relatadas são sobre sua primeira experiência fora da casa dos pais, foi quando Pedro se mudou para outra cidade, no mesmo estado, onde ele pretendia fazer curso superior em geologia. Ele se mudou um ano antes de prestar vestibular, para concluir o ensino médio e fazer cursinho. Essa foi sua primeira experiência longe da família. Nesse período, ele residiu em uma república de estudantes, fazendo-o dar maior importância a valores como a solidariedade.

Então isso aí foi um momento interessante, essa passagem por [cidade onde morou em república]. E aí que desenvolveu muito o sentimento de solidariedade. Morar em república é bom, você faz uma união, você vê os problemas, convive com problema de colega, compartilha o seu com eles. Então... É uma fase muito importante, essa vivência, [...] em república, né, longe da proteção do pai e da mãe, a gente cresce bastante.

Contudo, ele acabou por ingressar em uma faculdade em seu município de origem, onde ele logo manifestou seu interesse político, participando do Centro Acadêmico de Agronomia. Isso ocorreu em um importante período político do país, pois foi no início do Golpe Militar de 1964. Os estudantes participavam das greves e faziam outras manifestações.

Além disso, ele, juntamente com outros estudantes que buscavam representação, se indignava com algumas práticas comuns na faculdade. Eles consideravam que os professores tinham muito poder, podendo tomar qualquer tipo de decisão, mesmo que arbitrária. Eles criticavam alguns fatos que ocorriam, como os que ele relatou como perseguições de professores.

Pedro cursou o ensino superior no período da Ditadura Militar, no qual muitos jovens eram reprimidos por defenderem um regime democrático de governo. Pedro caracterizava-se como um militante entre esses jovens, portanto, pode-se inferir que o seu *habitus* sofreu influência dos princípios que fundamentavam os protestos contra a Ditadura Militar, levando-o a participar do centro acadêmico em sua universidade.

Já o início de sua carreira profissional foi marcado por um ato autoritário, uma vez que, ao ser aprovado em um processo seletivo de uma multinacional, não pode assumir o seu cargo. Em contato com a organização, um dos seus ex-professores relatou para um dirigente que o desempenho de Pedro poderia ser prejudicado devido à sua participação em movimentos estudantis. Isso já demonstra o poder que o campo acadêmico exercia sobre o mercado de trabalho, impondo uma lógica nos processos seletivos. Esse episódio contribuiu para reforçar o *habitus* de Pedro, que se viu em uma situação de injustiça e, a partir desse ocorrido, se sentiu estimulado a buscar novas oportunidades de trabalho, ingressando, posteriormente, no corpo docente da universidade onde havia se formado.

Como professor dessa universidade, ele despertou o interesse de partidos políticos, sendo convidado a se candidatar a vice-prefeito, já que o seu cargo, nessa universidade, era percebido como uma forma de conseguir votos dos servidores daquela instituição, que era de suma importância para o município. Além disso, o próprio *habitus* de Pedro já era constituído de fatores que o vocacionavam para o campo político, pois muitos foram os comportamentos, ideias, crenças e valores absorvidos desde o seu ingresso nos movimentos estudantis em sua época de universitário.

Ganhada as eleições, Pedro poderia se considerar como um indivíduo dotado de força política, uma vez assumira o cargo de vice-prefeito. No entanto, esse seu ingresso no campo político lhe permitiu apenas um cargo representativo, uma vez que não pode desempenhar as atribuições de vice-prefeito. Na época, não era comum o vice-prefeito ser atuante, além de o mesmo não receber remuneração pela ocupação do cargo. Porém, na eleição seguinte, por constituir quase um costume no município, do vice-prefeito suceder o prefeito, Pedro veio a se candidatar, vencendo as eleições. No final de seu mandato, foi considerado um dos melhores prefeitos dos municípios brasileiros. Isso reforçou tanto o seu *habitus* como a sua

participação no campo político, visto que, em seguida, ele se candidatou a deputado estadual, quando teve um alto número de votos, mas insuficiente para ser eleito.

A força no campo político que Pedro possuía se manteve, e ele se candidatou novamente a prefeito de seu município, vencendo as eleições. Entretanto, essa sua vitória veio acompanhada por uma perda de seu capital social, que segundo Bourdieu (1990), representa o conjunto de relações sociais de um indivíduo ou grupo. Tal perda ocorreu em virtude de várias manifestações de violência sofridas por Pedro, o que diminuiu seu capital social e, por conseguinte, sua força dentro do campo social.

## **5.2 Práticas de violência sofridas por Pedro no seu segundo mandato como prefeito**

A fim de tentar compreender as manifestações de violência sofridas por Pedro durante o exercício do cargo de prefeito, optou-se por categorizar as formas nas quais a violência era exercida, com base nos relatos do entrevistado, de forma a facilitar a análise dos resultados. Conforme Faria e Meneghetti (2002) relataram, a violência pode se manifestar de maneira imbricada, ou seja, as categorias nas quais se classificam essas manifestações pode se entrecruzar.

### **5.2.1 O assédio moral e os adversários**

O assédio moral foi um tipo de violência sofrida por Pedro, no decorrer do exercício do cargo de prefeito. O relato a seguir busca evidenciar tal prática:

[...] pra desestabilizar mais a administração, foi criada uma CPI na câmara [de vereadores], sobre um convênio de um recurso do Ministério da Agricultura, que veio aí, pra fazer umas obras aí [...] E isso foi... Aí é que a turma deitou o cabelo mesmo, então reunião na câmara, os vereadores, falando, falando, falando, e no final, não tinha nada de errado, era tudo o que a gente chama de querela política, não tinha erro nenhum lá, e chega na hora lá de votar, na tal da CPI lá, os caras não votam, num quer votar. Então a CPI, ela tem um prazo, se ela chegar naquele período e não for votada, ela extingue e você não pode abrir outra do mesmo assunto. Estava terminado esse prazo, eu pedi pros vereadores que me apoiavam lá, pra denunciar, pra votar, porque eu queria que ela fosse julgada, não queria que terminasse em pizza. E aí ia ficar sempre aquela suspeita, ah, o [prefeito] fez coisa errada, eu queria que ela fosse julgada e concluída. [...] Então eu recebi um documento da câmara dizendo que ela foi julgada e foi detectado que não tinha encontrado irregularidade. Foi dado como certo.

Alguns acontecimentos dessa época foram marcantes para Pedro e caracterizam bem a violência sofrida. Um deles foi a instauração de uma comissão parlamentar de inquérito

(CPI)<sup>4</sup> no município para investigar as ações de Pedro. Essa CPI foi criada por suspeita de fraude em uma verba procedente do Ministério da Agricultura – acusaram Pedro de ter desviado parte desse dinheiro. Em função disso, quando a prefeitura foi prestar contas quanto ao uso dessa verba, na delegacia do Ministério da Agricultura, em Belo Horizonte, a prestação de contas foi recusada, com a argumentação de que havia ilegalidades. Isso aconteceu, segundo Pedro, porque algumas pessoas já haviam levantado a suspeita de ilegalidade no uso da verba.

A CPI precisava, então, ser votada, para ser concluída. Mas essa votação era sempre adiada, a fim de que o prazo para sua apuração terminasse e a CPI fosse extinta, o que acarretaria na redação de um relatório afirmando que ela não foi concluída. A grande preocupação de Pedro era de que, se isso acontecesse, sempre haveriam dúvidas quanto às supostas irregularidades no uso da verba do Ministério da Agricultura e, diante da extinção da CPI, a legislação não permitiria que ela fosse reaberta ou que outra sobre o mesmo assunto fosse criada, fazendo com que, no nível local, o caso permanecesse sem conclusão. Porém, quando o prazo já estava no final, sob muita pressão do prefeito e de alguns poucos vereadores que ainda o apoiavam, marcaram a votação. Diante dos fatos, Pedro foi considerado inocente, porém, o clima em que ocorreu a votação foi bastante tenso e foram muitas as agressões verbais dirigidas ao prefeito naquela audiência.

Por meio do relato, percebe-se que Pedro afirma que a instauração da CPI e demora na votação da mesma, foram mecanismos usados pelos adversários para denegrir a imagem do político. Nesse sentido, trata-se de um tipo de conduta abusiva, intencional e repetida que, segundo Freitas et al. (2008), ocorre no ambiente de trabalho visando diminuir, vexar e humilhar um indivíduo ou um grupo. Embora, seja responsabilidade do poder legislativo fiscalizar as ações do poder executivo – e um desses instrumentos é a CPI – a criação de tal comissão parece ter ocorrido apenas como uma jogada política de tentar desestabilizar Pedro. Além disso, o atraso na votação da mesma configurou-se como uma maneira de, por meio de instrumentos legítimos, fazer com que, durante um período longo de tempo, a incerteza e desconfiança da população acerca da veracidade e honestidade na gestão do prefeito, aumentassem.

---

<sup>4</sup> Embora o termo comissão parlamentar de inquérito (CPI) seja inapropriada para o nível municipal, visto que o que houve foi uma comissão de inquérito da câmara municipal dos vereadores, ele foi adotado pelos opositores de Pedro na época e pela imprensa local. Como o termo CPI já tinha grande impacto no imaginário das pessoas, sendo sempre associado a um ato de corrupção nos meios de comunicação, ele possuía grande carga simbólica na situação analisada e, por isso, foi mantido neste estudo.

Segundo Freitas (2007) tal prática pode ser compreendida como uma conduta abusiva em relação a uma pessoa, podendo, inclusive, causar danos a ela. No caso de Pedro, a prática do assédio moral buscou causar danos à sua integridade enquanto prefeito da cidade. A vivência da violência contribui para transformações no *habitus* de Pedro. Em suas palavras, Pedro deixa transparecer uma grande mágoa.

Foi quando a gente começou a ver que... A sentir... A gente já sabia, mas nunca tinha sentido, o lado podre, mau da política. Pessoas fazendo aquilo ali de maldade, sem interesse nenhum, a gente não entende, sei lá. Tirando suas frustrações, outros querendo levar vantagem. Aí, comecei a ver o lado... Sentir, assim, bem de perto, esse lado negativo da atividade política...

Ao relatar o que ocorreu na CPI, Pedro sugere que não esperava que isso fosse acontecer, ao menos dessa forma, e se sentiu traído por muitos de seus aliados, quando estes também participaram das acusações contra ele. Após o Tribunal de Contas da União ter constatado a ausência de irregularidades, ele imaginou que as agressões contra ele, tanto por parte dos vereadores e funcionários da prefeitura, como as veiculadas pela imprensa local, fossem terminar. Mas esse processo de desmoralização continuou. Segundo ele, havia certo acordo entre os políticos locais para que o prefeito perdesse sua legitimidade e, conseqüentemente, sua posição no campo social seria alterada.

Na mesma época, também com o intuito de desmoralizar e aumentar a rejeição ao prefeito, começaram a ser distribuídos na cidade alguns panfletos, com mensagens como “Fora” Pedro ou “Sai” Pedro, seguidas de um pequeno texto com uma série de acusações, sem nenhuma comprovação. Esses folhetos eram jogados em locais de grande movimento, de madrugada, sem identificação.

De posse desses panfletos, Pedro procurou a delegacia do município para prestar uma queixa. Porém, apesar da aparente facilidade para se iniciar uma investigação sobre a origem desses panfletos, não foi feita nenhuma investigação. Ele relatou tais acontecimentos da seguinte forma:

[...] num domingo, de manhã cedo, a cidade estava cheia [dos panfletos]. A gente fica preocupado, vamos ver o que está escrito, aí [...]. Na esquina, estava cheio de papel [...]. Encostei o carro, passei a mão, catei um tanto e pus pra dentro do carro. Aí, começamos a ver e, junto com o papel, estava lá uma cortesia [...]. Do mesmo tamanho [...] e você leva na delegacia isso, entrega, faz a denúncia, não dá em nada. Porque era muito fácil, era só chegar no dono [do estabelecimento responsável pela cortesia], falar: onde você mandou fazer isso aqui? Que gráfica que foi? Você vai na gráfica e diz: quero ver as matrizes, as impressões que rodaram na semana passada aqui, e esse papel, tipo de tinta ou de impressão, não sei o que, comprovava na hora [...]. Pior é que não fazem, né. Não querem fazer isso. E isso é crime, isso é crime tipificado. Esse tipo de ação é crime tipificado. Então, não se tomou providência.

Pedro demonstra, nesse momento, que não queria continuar passivo diante das acusações que sofria. Ele buscou reagir, procurou fazer uma denúncia. É um gesto de não aceitação à violência que sofria, uma tentativa de “dar o troco”, de ter uma compensação por todo o processo ao qual se submeteu. Porém, diante da ausência de qualquer intervenção da polícia em um caso que, para ele, parecia ser muito simples, ele foi tomado pelo sentimento de que foi injustiçado, de impotência, porque ele não teve o amparo que ele esperava da polícia e, conseqüentemente, não teve amparo legal.

### **5.2.2 A mídia como agente promotor da violência**

A imprensa também veiculou um discurso marcado pela violência, com acusações diretas, mesmo sem provas e a conclusão da CPI inocentando Pedro. Por meio da análise em manchetes dos jornais da época, verificou-se que a imprensa, em nenhum momento, abrandou suas acusações contra Pedro e enfatizava, unicamente, os pontos negativos da sua gestão. Isso contribuiu para denegrir a imagem do prefeito, principalmente, diante da população da cidade, que tinha nos jornais uma importante fonte de informações sobre o que ocorria na gestão municipal.

Outro fato que ocorreu em seu mandato e que foi alvo de muitos comentários desrespeitosos e se associou a boatos, veiculados também pela imprensa local, foi uma coluna que ele resolveu fazer em um jornal do município. Em uma viagem ao Rio de Janeiro, ele viu uma coluna em que o prefeito da cidade na época, Luiz Paulo Conde, escrevia para O Globo. Chamava-se “Luiz Paulo Conde Responde” e era um espaço pequeno onde eram respondidas questões enviadas pelos cidadãos.

Pedro quis fazer uma coluna semelhante no jornal de sua cidade, até como forma de, segundo ele, tornar sua gestão mais transparente e ter a oportunidade de responder questões que as pessoas poderiam propor. Ele buscava uma maneira de restabelecer sua credibilidade, e retomar sua posição no campo social. Então, ele mandou fazer a primeira coluna, explicando como seria a coluna e que ela seria feita a partir da semana seguinte. Na segunda coluna, ele colocou um balancete mensal simplificado da prefeitura e junto um comentário, a respeito da situação financeira da prefeitura.

Poucos dias depois de ser sido publicada essa segunda coluna, uma pessoa o avisou que um promotor abriria um processo contra ele, alegando que ele estava fazendo promoção pessoal com recursos da prefeitura, através da coluna no jornal. Então, para evitar problemas, ele pagou o jornal, pelas colunas publicadas, com recursos próprios, e pegou um recibo em seu nome. Apesar disso, o processo foi aberto. Durante o julgamento, foi colocado que, por

usar o nome da prefeitura, estaria caracterizada a promoção pessoal à custa da prefeitura. Mas Pedro foi julgado inocente.

O promotor recorreu em Belo Horizonte e, em segunda instância, ele foi considerado culpado, e condenado a pagar uma multa de 20 vezes o seu salário, na época, como prefeito, e ter todos os direitos políticos suspensos por cinco anos. Pedro recorreu e o processo está ainda tramitando, à espera de um terceiro julgamento. Sua indignação nesse evento não é tanto com relação a ter sido condenado, mas com o rigor da sua punição.

[...] eu tomei uma pena, fui condenado, em Belo Horizonte, a pagar uma multa de 20 vezes o salário que eu recebia na época. Dava 200 e tantos mil reais, e direitos políticos suspensos por cinco anos. O governador Azeredo [de Minas Gerais, na época] foi condenado por ter distribuído 225 ambulâncias, uma dessas veio pra cá, junto com deputado, tirando foto e saindo no jornal de todas as cidades. Ele foi acusado, por esse fato, de estar fazendo o mesmo crime meu, que é promoção pessoal. Ele foi condenado a pagar dois salários mínimos de multa, e eu vinte vezes o salário meu, e ele a dois mínimos... E os direitos políticos dele suspensos por dois anos. Porque em dois anos não tinha eleição nenhuma. O meu por cinco, porque provavelmente eu teria sido candidato e, naqueles cinco anos, eu estava impedido.

Nessa comparação, ele demonstra como se sentiu injustiçado, por achar que seu crime não era tão grave para ter tal condenação. Ele também busca uma forma de justificar sua atitude, quando demonstra que ele não é o único prefeito, ou ocupante de cargo público, que pode vir a infringir a legislação. Sua indignação foi ainda maior, quando o jornal do município noticiou o acontecimento com a seguinte manchete: Pedro “condenado a devolver aos cofres públicos uma quantia de...”. Ele se refere a esse fato da seguinte forma:

E o jornal da cidade, o que eles põem na manchete dele... Deveria ser: [Pedro] condenado a pagar uma multa de tantos mil reais. E ele põe lá: [Pedro] condenado a devolver aos cofres públicos a quantia de tanto. Então, quem lê a manchete, o que pensa: - devolve, é quem tirou. Se você tem que devolver, é porque você tirou. Então sai uma manchete dessa no jornal, e aí começa todo esse processo de desgaste...

Isso demonstra que a imprensa do município também estava contribuindo, mesmo que de forma desinteressada ou levada pelo interesse da repercussão que tais acontecimentos causavam na época, com o processo de desmoralização de Pedro. A manchete veiculada insinuava que Pedro havia cometido um furto que, na verdade, não havia existido, ao menos de forma direta como se fez acreditar. Notícias como essa colaboraram muito para fomentar comentários, entre os cidadãos da cidade, de que Pedro havia cometido fraude(s) na sua administração, mesmo que essas não tivessem sido ainda julgadas em uma instância final.

### 5.2.3 “Dormindo com o inimigo”: violência praticada dentro do ambiente de trabalho

Quando a imagem de Pedro já estava bastante denegrida, diante das diferentes acusações e a constante exposição, alguns funcionários se uniram, segundo ele, em um complô para que nenhum serviço municipal funcionasse. Esse poder que os funcionários tinham ficou claro quando, no discurso de posse de Pedro, um funcionário da prefeitura disse: “ah, não mexe com nós, não, porque não falta nem mais quatro anos pra você cair – é só três anos, 11 meses e 29 dias”. A ideia que esse funcionário fazia é de que eles estariam sempre na prefeitura ou exercendo outras funções municipais, pois ocupam cargos com estabilidade empregatícia, enquanto o prefeito teria um mandato de quatro anos. Com base em Rosa et al (2007) pode-se dizer que este tipo de violência adquire um formato psicológico, por meio da pressão e do discurso. Nesse caso, o agressor tenta desestabilizar a pessoa agredida por meio de ameaças.

Desse modo, Pedro destaca a questão de como os servidores públicos municipais tinham consciência sobre a permanência deles, enquanto ele era visto como um mero passageiro, o que os levavam, em muitas ocasiões, a utilizarem-se da estabilidade como uma justificativa para prejudicar a sua gestão como prefeito e denegrir a sua imagem como político. Isto vai ao encontro de uma colocação feita por Bourdieu, de que os indivíduos vão agir ou jogar de acordo com suas posições sociais dentro de um campo, que, muitas vezes, possuem estratos ou espaços definidos, que independem da pessoa que ocupa essa posição. Percebe-se, portanto, que alguns servidores municipais, utilizavam-se da estabilidade como um estrato da carreira de servidor público e que era independente da posição hierárquica ocupada por eles para caluniá-lo e não contribuir com sua gestão.

Então, segundo relato de Pedro, eles poderiam se unir tanto para colaborar com o prefeito, quanto para não fazer nada. Conseguir a colaboração dos funcionários públicos era apontada como uma tarefa muito difícil, pois quando eles decidiam que determinado prefeito não tinha uma gestão favorável aos seus próprios interesses, eles poderiam se articular para que nada funcionasse na prefeitura.

E Pedro apresentou alguns exemplos em que isso ocorreu, como a situação na qual, no fim do seu segundo mandato como prefeito, uma pessoa o procurou dizendo que não havia ambulância em um hospital do município para atender a comunidade. Ele relata o momento da seguinte forma:

Então, uma pessoa ligou [na casa de Pedro], falando que ligou lá [no hospital], pedindo uma ambulância. A atendente lá falou que não podia mandar a ambulância

não, porque tinha ordem do prefeito pra não atender ninguém mais com ambulância. E isso era mentira. [...] Pedi [a uma funcionária] que trabalhava lá no gabinete que ligasse lá. [Ela] ligou, como se fosse uma pessoa que precisasse da ambulância, e a moça deu a mesma resposta pra ela. Então ela falou: aqui quem está falando é do gabinete do prefeito, a ambulância está aí sim, [...] Aí você vai lá e escuta: ah, eu estava cumprindo ordem. Ordem de quem? – Ah, não posso falar. Então, até isso. De repente, uma pessoa morre por falta de ambulância.

Pedro, entretanto, não compreendia a ação de seus aliados, uma vez que considerava que estes atores pertenciam ao seu campo social, portanto esperava-se que estes agissem em sua defesa. Além disso, a própria população local também foi prejudicada, uma vez que os agressores manipulavam servidores com falsos boatos, como por exemplo, “a atendente lá falou que não podia mandar a ambulância não, porque tinha ordem do prefeito pra não atender ninguém mais com ambulância”, comprometendo, assim, a prestação de serviços públicos. Pedro também se sentiu desamparado ao reivindicar ações que punissem os atos de violência moral sofridos por ele, o que evidencia que, no campo político, estas práticas de violência na administração pública já estão institucionalizadas, não levando a ações judiciais que visem reprimi-las.

Pode-se dizer que a tentativa de alguns funcionários de provocar problemas de forma a piorar a qualidade da prestação dos serviços públicos, configura-se como um elemento pertencente à outra face da gestão pública, na qual os agentes não conseguem ou não querem separar os interesses individuais dos coletivos. Em outras palavras, espera-se que, em tese, o funcionário, ao ingressar no serviço público, tenha suas ações orientadas para o interesse coletivo (interesse público) e não para o interesse particular. Nessa perspectiva, a ação da funcionária, amparada por uma ordem do superior, descrita no relato anterior, além de atentar contra a integridade moral do prefeito, representa também, uma das caracterizações da violência descritas por Faria e Meneguetti (2002), a violência social. Este tipo de violência provoca danos à sociedade, no caso, alguma pessoa poderia precisar dos serviços, mas por questões de disputas no campo social político, tais pessoas poderiam ter seus direitos sociais não atendidos.

De forma similar à como os servidores públicos se articulam, também os vereadores podem se articular. Os vereadores podem decidir não aceitar nenhuma proposta do prefeito, de forma que ele não consiga administrar. Esse grupo político pode conseguir, conjuntamente, mais poder político do que o próprio prefeito, pois pela Câmara dos Vereadores passam todas as decisões municipais. Caso eles resolvam não aprovar projetos municipais, por mais bem intencionados que sejam, o prefeito não pode implantar tais projetos.

Em um momento da entrevista, Pedro relatou sobre um acontecimento noticiado na mídia no qual, em um estado, o governador estava sendo chantageado pelos deputados e, caso o governador não cedesse à chantagem, eles não iriam votar os projetos apresentados, ou seja, não iriam aprovar mais nenhuma proposta do governador ou de quem o apoiasse. Ele compara tal situação à ocorrida em sua gestão, quando os vereadores tomaram uma atitude similar.

[...] e o governador, assim como o prefeito, fica muito refém do legislativo. [...] Dizem que o governo [...] está pagando deputado lá no Congresso pra votar a favor do governo. Na Câmara de vereadores acontece a mesma coisa. Não que se pague em dinheiro, mas se paga em que: em emprego pra quem ele pediu, você paga em emprego pra namorada, você paga em um atendimento disso, um atendimento daquilo [...] O prefeito... Ele tem que pensar dez vezes antes de falar um não pra um vereador. Porque senão ele: – ah, é? Então você vai ver. Pronto. Foi isso o que aconteceu comigo...

Nesse momento, ele relata como o prefeito pode se tornar “refém” dos vereadores, quando estes se articulam de modo a não permitir o bom andamento dos processos na câmara, adiando as votações e/ou recusando as propostas apresentadas – mesmo que representem benefícios ao município. Na sua visão, ele se sentia “acuado”, pois os vereadores exigiam que ele fizesse alguma coisa, com a qual ele não concordava. Dessa forma, os vereadores se voltavam contra ele e também não faziam o que “precisava ser feito”. Esse relacionamento do prefeito com os vereadores pode causar uma séria de dificuldades na gestão do município, devido à grande importância do poder legislativo municipal.

Analisando este trecho à luz da teoria do campo social de Bourdieu (1990), pode-se dizer que, na tentativa de aumentar ou manter sua posição no campo social, o campo político, Pedro utilizava-se da troca de favores com os vereadores. De outro modo, ao se articularem em torno de objetivos comuns, a fim de defenderem suas posições no campo social, os vereadores utilizavam-se de mecanismos que buscavam deixar o entrevistado “refém” deles. Essa, sem dúvida, é também uma prática de violência, originada das lutas por capitais sociais, no caso, a aprovação de leis e projetos públicos. Essa luta, segundo Bourdieu (1990), acontece pela posição dos atores dentro do campo social. Nesse sentido, a posição depende do volume de capitais que os atores possuem. A busca de melhores posições dentro do campo social incentiva a mobilização da conduta dos indivíduos (CARRION, 2009).

Pedro discute tal problema como uma característica inerente à organização política do próprio país, sendo que tais problemas poderiam acontecer nos níveis federal, estadual ou municipal. Acredita-se que, ao buscar apoio de outros casos similares para descrever o que aconteceu com ele próprio, acerca de se tornar “refém” do legislativo, Pedro demonstre certo

desconforto com essa situação, de se sentir “chantageado” pelos vereadores, de ter que “comprar” o apoio dos vereadores.

#### 5.2.4 A “naturalização” da violência: algo inerente à gestão pública?

Quando Pedro iniciou seu segundo mandato, a reeleição tinha acabado de ser aprovada no país, o que deixou, segundo ele, seus adversários, e até mesmo seus aliados, preocupados. Ele descreve esse momento da seguinte forma:

[...] a classe política local dizia que eu fiquei muito forte politicamente. Então, o que diziam os adversários: – é, temos que dá um jeito dele não ficar forte, porque senão tem reeleição e ele vai ganhar a reeleição e vai adiar por oito anos nossa tentativa de voltar a ter o governo. E aqueles companheiros da gente, que tinham a vontade de ser prefeito, tiveram o mesmo raciocínio: – se ele fizer uma boa administração, daí ele vai querer ser reeleito [...]. E aí, começou o tiroteio externo e essa abordagem interna também. Então, a gente começou a ser minado internamente e os adversários [...]. O adversário está correto. O papel do adversário é ser adversário. Então, houve, assim, esses problemas internos, também, que a gente começou a ser sabotado na administração.

Considerando este grupo político como um campo social, nota-se a articulação entre os atores que tinham reduzido capital – no caso, poder político – e aqueles que se sentiam na iminência de ter seu capital reduzido ou viam a sua chance de ampliá-lo ameaçada. Esse movimento intencionava reduzir o poder político de Pedro, mesmo que usando de meios moral e legalmente ilícitos, mas que teriam resultado rápido.

Percebe-se, por meio do relato, que, dentro do campo social, havia dois tipos de grupos que também disputavam espaço e buscavam aumentar seu capital social. Estes seriam os agentes externos e os internos, os quais Pedro se refere como: os adversários e, os companheiros, respectivamente. No entanto, Pedro parece legitimar a violência sofrida pelos adversários, não a reconhecendo como tal, afinal, segundo ele “o papel do adversário é ser adversário”. Isso traz à tona outra discussão importante acerca da gestão pública, que são as práticas comuns de violência. Nesse caso, uma espécie de “naturalização da violência”. Esta “naturalização” é descrita por Westwood (2003), Rosa et al. (2007) e Freitas (2007) e, segundo esta última autora, ocorre por conta da forte influência que as organizações exercem sobre as pessoas, ou seja, elas são um dos principais palcos de manifestações de violência da sociedade. Por isso, para Freitas (2007), as organizações definem estruturas, padrões de relações e valores que favorecem a competição exacerbada. Nesse sentido, para sobreviver, exceções podem ser transformadas em regras gerais e comportamentos degradantes ser considerados como normais. Por isso, a violência praticada pelos adversários de Pedro, não adquirem, para ele, o sentido de violência, e sim, uma prática comum dentro da gestão

pública. Pode-se compreender tal situação a partir da visão de Marcondes Filho (2001), que considera que, por meio da cultura organizacional, inúmeras práticas de violência acabam sendo incorporadas no dia a dia das organizações, adquirindo efeito normatizador, sendo aceitas o sem questionamentos por parte dos indivíduos.

Outra forma de macular a imagem de Pedro foi através de calúnias e difamações. Vários tipos de boato persistiram por longo tempo e, segundo o próprio Pedro, partiam, muitas vezes, de sua própria assessoria. Havia vários comentários, que circulavam por todo o município, de que o prefeito tinha problemas de saúde, como alcoolismo, cirrose, AIDS e câncer. Também havia rumores de que ele teria feito um transplante de fígado nos Estados Unidos. Ele relata esse momento com certa naturalidade, internalizando-o não como uma violência, mas como inerente à sua ocupação, como prefeito.

[...] quando você entra na vida pública, você sabe... Ou vão te chamar de bicha, ou de corno, ou de ladrão, ou de beberrão. Então eu escutei muito aí, a questão de bebida. Nunca me chamaram de veado, nem de corno, [...] Na CPI, saiu alguma coisa [...] que eu teria roubado da prefeitura. [...] o que eles falavam muito era de beber.

Com base em Michaud (1989) pode-se dizer que este tipo de manifestação da violência, poderia causar prejuízos à integridade moral de Pedro, pois os termos citados por ele buscam gerar danos, pois, o fato das pessoas acreditarem que ele era alcoólatra, ou tinha outros problemas de saúde, reduzia muito a sua credibilidade e a confiança das pessoas na sua capacidade de exercer funções públicas. As pessoas também associam, com muita frequência, o alcoolismo às deficiências de caráter, o que acabou por aumentar a rejeição da sua administração. Isso mostra como foi possível aos atores sociais utilizarem o *habitus* constituído, que relacionava o alcoolismo a aspectos negativos, para reduzir o poder político de Pedro. Todavia, ocorre novamente a “naturalização da violência” na gestão pública, na qual se percebe que os adjetivos “bicha”, “corno”, “ladrão” e “beberrão” são compreendidos, por Pedro, como formas comuns de expressão verbal dos indivíduos ao se referirem aos políticos.

Questões como estas foram observadas nos relatos e mostram um pouco como ocorre a disputa por capital no setor público. Paralelamente, Pedro também as utilizou em seu discurso para explicar como a violência moral está institucionalizada no campo político, chegando, até mesmo, a desconsiderá-la, pois, na sua concepção, ela é tida como algo inerente ao jogo político, onde os atores sociais procuram adotar estratégias que aumentem o seu poder. Ele afirmou que “Não tinha uma violência, não. Se você pensar, assim, é o jogo do

poder. É o jogo do poder... O pessoal que queria assumir o poder, eles tinham que me enfraquecer como a alternativa”.

Mesmo sob a negação de que não havia sofrido atos de violência moral, pode-se dizer que as práticas de violência moral sofridas não repercutiram apenas em sua carreira política, uma vez que o seu *habitus* passou a ser constituído por novos elementos emocionais – seu universo substantivo incorporou todas as angústias e dores sofridas durante esse processo de violência moral. Além disso, elas alteraram o seu *habitus*, visto que, em alguns trechos de seus depoimentos, ele faz uma crítica reflexiva do setor público como um campo de luta pelo poder, como quando afirma que “a gente já sabia, mas nunca tinha sentido, o lado podre, mau da política”.

## 6. Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi analisar as manifestações de violência contra um político, quando exercia o cargo de prefeito municipal. Para tanto, o entrevistado relatou sua história de vida, destacando, principalmente, questões relativas à sua vida profissional como prefeito municipal. Verificou-se que as manifestações de violência ocorriam por meio da ação de pessoas do convívio interno de Pedro e por adversários do seu convívio externo à prefeitura. Além disso, percebeu-se, também, o papel da mídia na prática da violência sofrida por Pedro.

Essas práticas de violência, sejam elas ocultas ou abertas, são tidas como algo tão enraizado e natural no setor público que, em vários momentos de sua narrativa, Pedro buscou explicar como este campo é estruturado em termos de suas próprias regras de funcionamento e relações de força. Como um campo de poder, o entrevistado destaca que o setor público pode ser permeado por três tipos diferentes de políticos: os que estão preocupados com o bem comum da população; os que vêm no cargo político uma forma de satisfazer sua vaidade; e os que buscam vantagens financeiras.

Embora Pedro considere os danos sofridos pela violência moral, mesmo não os reconhecendo como práticas violentas, como algo superado, eles ainda estarão presentes na sua subjetividade, uma vez que a relação que se estabelece entre *habitus* e campo é, antes de tudo, uma relação de condicionamento, ou seja, a sua experiência no campo político contribuiu para formação de seu *habitus*, o qual pode também ser considerado como um produto das necessidades imanentes de outros campos. Além disso, o seu *habitus* também ajudará a construir suas novas experiências nos diversos campos, visto que este corrobora no processo de significação, dando sentido e valor a sua realidade social. Essas experiências

justificaram também a motivação que o levaram a decidir fazer um curso de direito, demonstrando como elas foram incorporadas a seu *habitus*.

As múltiplas manifestações de violência permeiam a vida social em todas as suas dimensões. No ambiente de trabalho, ela pode se manifestar impulsionada pelas relações de poder, na propagação de calúnias, falta de colaboração dos colegas de trabalho, criação de entraves ao exercício das atividades profissionais, assim como outros atos, que tenham como objetivos a desmoralização pessoal e a desestruturação profissional.

Na administração pública, onde os ocupantes de cargos públicos elegíveis têm maior visibilidade por parte da população, a situação pode ser ainda mais grave. Os funcionários públicos concursados e contratados e a própria sociedade podem ser coniventes e participar dos atos de violência moral articulados pelos adversários políticos. As pessoas participam, por exemplo, da divulgação de boatos, sem, ao menos, se darem conta de que estão atentando contra a moral de uma pessoa. Isso acontece porque a violência está internalizada nos indivíduos e eles agem sem reconhecê-la como tal.

Na história do ex-político selecionado para esta pesquisa, podem ser observadas algumas manifestações de violência moral, associadas à disputa de poder, cujas condutas imorais abusivas de seus adversários e servidores públicos foram interpretadas, pelo entrevistado, como algo legitimado pelo campo político. Em vários momentos de sua narrativa, o entrevistado procurou resistir ao fato de que foi alvo de violência, buscando explicações de que é inerente à vida política sofrer agressões dos adversários, ou que é parte do papel do oponente incorporar práticas violentas para alcançar seus objetivos.

Visões como estas, que instituem a violência moral como algo natural no setor público, reforçam os resquícios do Estado patrimonialista no Brasil, ou seja, mesmo num contexto de reforma do Estado, ainda há um forte apego às práticas patrimonialistas, onde a violência moral não é percebida como tal, simplesmente, para justificar a estrutura normatizadora que vigora no campo político. Vale destacar que esta negação da violência moral no campo político poderá refletir na eficiência da gestão pública, visto que são inúmeras as disputas de poder entre os políticos, sendo a sociedade a mais prejudicada.

A relação de poder na administração pública, entre os ocupantes e desejosos de ocupar cargos elegíveis, é turbulenta e envolve muitas outras práticas violentas não discutidas neste artigo, mas que podem ser tema de outros trabalhos. Além disso, sugere-se também a incorporação de novos atores sociais no estudo, uma vez que esse trabalho contemplou apenas as narrativas do agredido, sendo relevante também conhecer a versão dos agressores, a qual poderá ser contrária quando comparada com o que foi discutido.

A história relatada pelo ex-político também corrobora para ilustrar como a praxeologia bourdieusiana de *campos* e *habitus* possui marcos teóricos que permitem realizar uma reflexão sobre a violência, como consequência das relações de poder, da disputa por capital, e das diferentes posições que ocupam os atores sociais em determinado campo.

## Referências

AMORETTI, R. Bases para a leitura da violência. In: AMORETTI, R. (Org.). **Psicanálise e Violência**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERNARDO, M. H. **Riscos na usina química**: os acidentes e a contaminação nas representações dos trabalhadores. 2001. 187 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 2001.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARRION, R. M. Competição e conflito em redes de economia solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos de Porto Alegre (Brasil). **Cadernos EBAPE**, v. 7, n. 4, artigo 2, Dez. 2009.

CATLAW, T. J.; HU, Q. Legitimacy and public administration. **American Behavioral Scientist**, v. 53, n. 3, p. 458-481, 2009.

DADOUN, R. **A violência**: ensaio sobre o “*homo violens*”. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

FARIA, J. H. de; MENEGHETTI, F. K. A instituição da violência nas relações de trabalho. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002.

FREITAS, M. E. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 116, p.21-39, 2002.

FREITAS, M. E. Quem paga a conta do assédio moral no trabalho? **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, artigo 5, jan./jun. 2007.

FREITAS, M. E.; HELOANI, R.; BARRETO, M. **Assédio Moral no Trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

GOBBI, B. C.; CUNHA, E. P.; BRITO, M. J.; SENGHER, I. Politizando o conceito de redes organizacionais: uma reflexão teórica da governança como jogo de poder. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, Curitiba. **Anais...**, Curitiba: ANPAD, 2004.

FRIEDLAND, R. The endless fields of Pierre Bourdieu. **Organization**, v. 16, n. 6, p. 887-917, 2009.

GOLSORKHI, D.; LECA, B.; LOUNSBURY, M.; RAMIREZ, C. Analysing, accounting for and unmasking domination: on our role as scholars of practice, practitioners of social science and public intellectuals. **Organization**, v. 16, n. 6, p. 779-797, 2009.

HELOANI, R. Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **RAE-eletrônica**, v. 3, n. 1, artigo 10, jan./jun. 2004.

MAGESTE, G.; LOPES, F. T. O uso da história de vida nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 1., 2007, Recife. **Anais...** Recife: EnEPQ, 2007. CD-ROM.

MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, p.20-27, 2001.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 89-141, jan./jul. 1991.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MISOCZKY, M. C. A. Campo de poder e ação em Bourdieu: implicações de seu uso em estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, Campinas. **Anais...**, Campinas: ANPAD, 2001.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. de M. von (Org.). **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

ROSA, A.R.; BRITO, M.J. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DO TRABALHO, 1, Recife. **Anais...**, Recife: ANPAD, 2007.

ROSA, A.R.; BRITO, M.J.; OLIVEIRA, F. M. Os sentidos da violência nas organizações: uma análise construcionista da história de vida de uma policial militar. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**, v. 1, 2007.

SÁ, A. A. Algumas questões polêmicas relativas à psicologia da violência. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 1, n. 2, p. 53-63, 1999.

SPINK, M. J., MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para a análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 77-87, abril/2002.

WESTWOOD, R. Economies of violence: an autobiographical account. **Culture and Organizations**, v.9, n.4, p.275-293, 2003.